


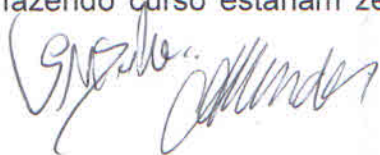
Ata da 5ª reunião ordinária do quarto período da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará. Às 19 horas (dezenove horas) do dia 03 de novembro de 2014, na Câmara Municipal, situada a rua primeiro de janeiro, 88, centro, São Gonçalo do Pará. Havendo número regimental o Presidente Sr Gilbas Mariano da Silva, convidou a todos para fazerem uma oração do Pai Nosso abrindo assim a reunião ordinária. Em seguida solicitou ao Primeiro Secretário Sr Arnaldo Mendes que procedesse a leitura da ata anterior, que após lida, feita em tempo, foi aprovada por todos. Dando prosseguimento foi feita também pelo Primeiro Secretário leitura das correspondências: Ofício 273/2014, Executivo, informação referente a indicação do vereador Waldech no qual pede nomeação da rua C, bairro Prolongamento São Francisco, com o nome de Luiz de Freitas, o mesmo segue para análise. Projetos em tramitação. Projeto de lei Nº 028/2014 do Executivo, estima receitas e fixas despesas para 2015 e dá outras providências, segue em vistas da comissão mista. Projeto de Lei complementar nº 032/2014, segue em vistas das Comissão de Justiça e Legislação. Leitura de Indicação Nº 46/2014 de autoria do vereador Arnaldo Mendes, solicita ao executivo conserto de rampa de acesso na rodoviária para que os novos ônibus possam entrar no terminal. Foi aprovado por todos. Os vereadores Manoel e Vanderlei opinaram que talvez seja necessário colocação de asfalto para levantamento no local. Antes das considerações finais o Presidente Gilbas disse que atendendo a recomendação nº08/2014 do Promotor de Justiça Dr André, o Dr Cláudio advogado que atende ao público pela Câmara foi exonerado. Os processos terão continuidade pelo próprio Dr Cláudio, mas pela câmara os trabalhos já foram encerrados, conforme colocação do promotor Pará de Minas possui a defensoria pública. Considerações finais: o vereador Arnaldo agradeceu a indicação aprovada, agradeceu ao vereador Waldech pela presença em reunião com o jurídico municipal para tratar de acertos referentes ao projeto de lei 032/2014 que beneficia médicos e funcionários municipal da saúde. Agradeceu aos companheiros Hélio, Waldech e assessora jurídica sobre a reunião de estudos da lei de parcelamento de solo e aproveitou e marcou a próxima reunião de estudos pra segunda-feira no horário de 16:30 horas, junto com o jurídico. Agradeceu a informação vinda do Executivo com relação ao convênio da prefeitura com verba parlamentar do Deputado Estadual Fabiano Tolentino. Fez a leitura dos tópicos do convenio, pediu que fosse enviado cópia do convênio a diretoria da Adespsgp, pois a mesma questionou se a verba para aquisição de veículos era para o esporte. O convênio diz que a verba é destinada para aquisição de veículo na saúde. Sendo um valor de 50mil, advindo do tesouro de estado, indicação do deputado, e o valor restante R\$ 44.395,00, contrapartida da prefeitura. Com relação ao fim do contrato com advogado, declarou que todos os vereadores foram pegos de surpresa e que faltou comunicação. Apesar da prerrogativa do promotor, ainda sim, poderia ter feito uma reunião e juntos achar uma solução, pelo menos ter mantido o contrato até o final do ano. É lamentável para os cidadãos pois ficaram sem os serviços. Faltou a comunicação até mesmo pra



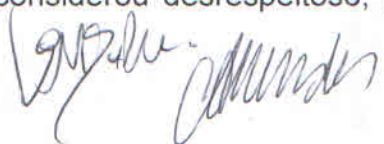
explicar melhor para o cidadão. O Presidente disse que recomendação do promotor é que exonere este cargo, e o tempo foi de dez dias, não teve como acionar todos os vereadores. Foi uma recomendação e que deve ser cumprida. O vereador Arnaldo entendeu, mas reprisou que situações como esta deve acionar a participação de todos. Uma reunião de urgência todos estariam cientes, para pelo menos esclarecer melhor o público. O Presidente Gilbas disse que a decisão de justiça tem que se tomar decisões rápidas, mas entende a preocupação do vereador. Vereador Marcelo, questionou se na segunda feira passada o advogado sabia que seria exonerado. O presidente disse que não. O vereador Marcelo disse que na data de hoje completa-se 08 dias. O Presidente disse que a data é da cartinha do promotor. O vereador Marcelo disse que tem cidadão necessitando dos serviços do advogado e como ele iria fazer. O Presidente aconselhou a encaminhá-lo para a Promotoria e defensoria pública em Pará de Minas. O vereador Waldech disse que este questionamento do promotor sempre teve nesta casa. A defensoria pública quando procurada não tem um dia para atender ao povo de São Gonçalo, atende 7 ou 8 comunidades e as pessoas de São Gonçalo, muitos não tem condições de ir lá. Será que vão colocar um carro daqui para lá, para procurar a defensoria ? Questionou. Quem vai por? As pessoas carentes não tem condições de ir e a prefeitura não tem condições de colocar veículo para atender neste sentido. Não se tem ônibus que faz este serviço. Quando se chega na defensoria é uma falta de respeito, pois já acompanhou pessoas lá, não entram com processos, não seguem os processos. Questionou se o Dr Claudio vai seguir os processos de graça? Ele não tem obrigação disso. O promotor envia comunicação que tem defensoria. Declarou que está cansado de saber que tem defensoria. E disse que tem alguma pessoa atrás disso. E que devemos saber quem que é. Vereadora Walquíria ratificou as palavras de Waldech e disse que concorda plenamente pois sabe das dificuldades que tem o cidadão sangonçalense enfrentar defensoria pública pois também já acompanhou muitas pessoas. Os processos não tem acompanhamento e ter acesso a defensoria pública é muito difícil. Fica chateada pela situação que a câmara municipal prestava um serviço ao povo. É revoltante o acontecido. As pessoas deveriam fazer o bem e não denúncia com propósito de prejudicar o cidadão. Não estão prejudicando os vereadores e sim o cidadão. O fato não aconteceu por acaso. Vereador Waldech lembrou que quem vem procurar a Câmara atrás destes serviços não tem condições. Qual é o legado da promotoria, dos vereadores, do prefeito, não é de trabalhar para o povo? Questionou. O presidente relembrou que foi feita indicação pela vereadora Walquíria com relação a Defensoria Pública e disse que o que precisa ser feito é a união do Executivo e Legislativo para trazer a defensoria pública para o município. Vereador Waldech disse que não consegue pois aqui não tem foro. Destacou que sobra dinheiro na Câmara e não pode pagar um profissional para atender ao povo na cidade.. O presidente lembrou que como cumpridor das leis, tem fazer o que se pede. Vereador Waldech disse que deveria ter



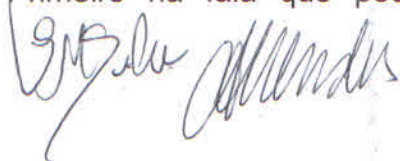
respondido para o promotor de como o povo de São Gonçalo vai ficar, O presidente disse que se não cumprir a recomendação pode ser penalizado. A opção que teve foi demitir o advogado. O vereador Vanderlei disse que com relação a demissão do advogado o presidente deveria ter comunicado com os vereadores primeiro. Considerou uma falta de respeito do presidente com os oito vereadores, citou que neste dia foi procurado por muita gente na rua e perguntou que vai dizer aos cidadãos quem foi que demitiu o advogado? Disse que não vai falar que foi o promotor, pois o promotor pode se conversar com ele e dar tempo ao tempo. O Presidente questionou se o vereador vai falar que foi ele. O vereador Vanderlei disse que sim, pois foi ele que dispensou. O presidente disse que esta só cumprindo a determinação. Pediu ao vereador Arnaldo que prosseguisse nas considerações finais. Retirou a palavra do Vereador Vanderlei, o mesmo disse que fala nas considerações finais. Vereador Arnaldo disse que está apresentando requerimento para a próxima semana, que apresenta duas opções, que o Executivo possa trazer defensoria pública para o município ou a possibilidade de convênio da prefeitura com a defensoria em Pará de Minas, e que a Prefeitura possa ter um funcionário habilitado no caso advogado que possa atender em Pará de Minas o público de São Gonçalo. E ainda tem outro requerimento que trata de pedido de implantação de meio transporte de São Gonçalo do Pará à Pará de Minas. O presidente Gilbas disse que é importante encontrar outras alternativas, a decisão foi tomada de acordo com o pedido de promotoria e considera o assunto encerrado. Vereadora Walquíria solicitou ofício a diretoria do Cesec parabenizando pela realização do evento Chá com histórias com resgate a literatura. A vereadora se ausentou por uns minutos para assunto de família, concedida pelo Presidente. Vereador Marcelo pediu indicação ao Executivo solicitando convênio com clínica de tratamento para que possa atender pessoas necessitadas de tratamento. Vereador Valdecí questionou que uma pena com relação ao trabalho de advogado que atendia na câmara ao povo, mas já foi presidente e sabe que temos que atender a promotoria. Sugeriu que talvez através do CRAS possa se contratar o profissional para atendimento ao público. Entende que seria legal o procedimento. A Vereadora Walquíria retornou com a palavra. Pediu ofício a Cemei Abda Pena Duarte questionando o horário de trabalho da bibliotecária daquela instituição. Recebeu o cronograma mas faltou o horário de trabalho das bibliotecárias, então deseja saber tanto do Cemei, como Coronel Epifânio, quanto Felipe de Freitas. Faz pedido por ser de função dos vereadores. Pediu ofício a Secretária de Educação solicitando listagem do atendimento especializado AEE, bem como cópia dos cursos de qualificação profissional das mesmas, Relatou da importância do educador e disse que foi procurada por alguns educadores que atuam no ensino fundamental que não estão fazendo pic que é um programa de qualificação profissional ofertado pelo estado devido a lei 1414 de 2011, no artigo 39, parágrafo segundo, diz que os educadores que não estiverem fazendo curso estariam zerando a avaliação de desempenho. Disse que não



podemos permanecer neste erro pelo fato do educador precisa de qualificar, mas precisamos levar em consideração a responsabilidade do profissional, a qualidade desenvolvida. Citou exemplo que a escola Felipe de Freitas não ficou com nenhum aluno em baixo desempenho. Considera injusto o professor receber um zero na avaliação de desempenho simplesmente pelo fato de não participar de um curso de qualificação profissional oferecido pela rede estadual. Muitos profissionais fizeram curso de qualificação neste ano oferecido pelo município, na próxima semana apresentará uma indicação e conta com o apoio dos vereadores companheiros, para alteração desta lei pra beneficiar os profissionais da educação. Tem outras avaliações a serem consideradas e não qualificação profissional que impede ter o profissional para uma progressão profissional. Vereador Valdeci pediu a palavra e pediu ofício parabenizando ao novo pároco. Presidente Gilbas questionou sobre a educação disse que o que acontece muito é a imposição. Pode acontecer de que quem avalia dê zero no quesito. Vereadora Walquiria disse que a questão é que zera toda, não chega a nem ser avaliada. A comissão que homologa e de acordo com o edital de designação, são estabelecidos critérios, normalmente um dos critérios é avaliação de desempenho, porém o que acontece é que quem está zerado não tem avaliação dos demais critérios, e o edital do próximo ano, teve informações que um dos critérios seria pessoas fazendo este curso, porém tem muitos profissionais alfabetizadores dos primeiros, segundos e terceiros anos, com anos de experiência, que alunos não estão em baixo desempenho e não fizeram este curso, e corre o risco de ficar sem a turma simplesmente por isto. O Presidente questionou se que está fazendo o curso não está sendo avaliado? A vereadora respondeu que quem está fazendo o curso tem o direito sim de acordo com a lei citada e existente. O que vai pedir é que seja todos os educadores. Vereador Waldech disse que o presidente disse que o caso está encerrado. Não considera encerrado pois nós somos pagos pra defender o povo. O presidente agiu certo mas todos os vereadores estão solidários com a pessoa do presidente. Todos são companheiros e o Presidente não iria responder sozinho. Perguntou como vamos ficar. Não podemos sem ficar de tomar providências. Para tudo tem jeito, só não tem pra morte. Sugeriu fazer um ofício para mandar para o ministério público para rever, qual a sugestão que eles dão a não ser esta de defensoria pública, pois não temos transporte, muitas pessoas não tem carro, A defensoria pública é pra atender 7 a 8 municípios. Temos que reivindicar ao Sr Promotor pra ver o que eles podem fazer, pois considera que os promotores tem que ter o bom senso e dar uma satisfação. Pois toda cidade se tivesse isto a promotoria ficaria mais folgada. As Câmaras municipais tem financeiro para pagar. Não temos assessor parlamentar, não temos jurídico para atender ao povo. Temos que conversar com a Promotoria pra saber o que é legal, o que podemos fazer, se o Cras pode contratar. O Junior advogado no Cras só atende aos beneficiários do bolsa família. Relatou que o vereador Hélio recebeu ofício da Copasa, que considerou desrespeitoso, pois em visita à Câmara, o Gerente Ronaldo foi



questionado pelo vereador Hélio e foi respondido que o procedimento era pedir ao prefeito que encaminhasse as dúvidas do vereador a SEDRU, agora chega ofício dizendo que no momento não pode atendê-lo pois a equipe se encontra em trabalho na localidade. O vereador Waldech questionou se a Comunidade de Água Limpa não pertence a São Gonçalo? Por que não disse no dia que não poderia atender pois estavam apertados. E é uma obrigação deles. Declarou que acompanhou junto com o vereador Arnaldo ao jurídico da prefeitura com relação ao projeto da saúde, Disse que não concorda com o pagamento de insalubridade, por exemplo se tem plantão de 16 horas, vai receber insalubridade nas dezesseis horas, mas se o funcionário trabalha doze horas. Quantas horas dão no final do mês. Foi questionado por isto. Vai ser enviado pra a câmara o que foi conversado. O presidente agradeceu o apoio dos vereadores Walquíria, Waldech e Valdecí. E que tomou as providências seguindo o pedido de promotoria. Com relação a copasa disse que realmente as comunidades rurais não existem, é sofrimento. Sr Waldech sugeriu que cópia da resposta da copasa fosse enviado ao prefeito. Vereador Hélio, disse que com relação ao advogado o presidente agiu certo e temos que trabalhar mais junto do Executivo pra encontrar uma solução e a população pode ganhar mais com isto. Com relação a copasa realmente foi orientado que solicitasse ao prefeito mas tentou cortar caminho e recebeu esta resposta mas pediu pra encaminhar para o prefeito. Por telefone fez contato, marcaram três vezes e não foram. Declarou que vai tentar o caminho pelo prefeito, conforme dito pelo gerente Ronaldo. Vereador Vanderlei, disse que agora poderia falar sobre o advogado, uma vez que sua palavra foi cortada. O presidente pediu que tivesse respeito e que está acontecendo umas coisas esquisitas nesta casa. Uma falta de respeito, com telefone tocando, chega as pessoas, vereador sai sem pedir licença. Declarou que a palavra estava com o vereador. O Presidente disse que constasse em ata o ato de indisciplina do vereador Vanderlei. O presidente declarou que todos são testemunhas e que está dando a palavra ao vereador e só disse que as vezes nesta casa falta respeito ao Presidente. O Sr Vanderlei não quis mais fazer uso da palavra. Vereador Manoel declarou que a população ficou prejudicada e é solidário as palavras do vereador Waldech com pedido ao promotor de opção para resolver a situação. Quem vai levar o povo em Pará de Minas, questionou! O advogado faz muita falta pra nós. O presidente Gilbas, disse que vai buscar solução junto com o prefeito e disse que tem que cumprir a determinação do ministério público. Não se tem outra opção. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião com oração final. Eu, como primeiro secretário, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue, datada e assinada. São Gonçalo do Pará, 03 de novembro de 2014. Em tempo: Onde lê-se "plantão de 16 horas leia-se 16 plantões com 12 horas." Foi pedido pelo vereador Vanderlei para que registrasse que o presidente faltou com respeito por 2 (duas) vezes com sua pessoa. Primeiro na fala que pediu a parte ao vereador Arnaldo e depois nas



considerações finais quando foi lhe cortado o microfone. Foi pedido pelo presidente Gilbas que constasse em ata que ele apenas cumpriu o regimento interno casa.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO GONÇALO DO PARÁ
GILBAS MARIANO DA SILVA
PRESIDENTE